



CONTAS PÚBLICAS

Senado aprova ajuste fiscal e adia Orçamento

Mudanças do Congresso reduzem economia do pacote de corte de gastos. Sem Lei Orçamentária, governo usará duodécimos em 2025

» EDUARDA ESPOSITO
» FERNANDA STRICKLAND
» VINICIUS DORIA

O Senado Federal promulgou, ontem, a Emenda Constitucional 135, proposta pelo governo para conter os gastos públicos a partir de 2025, o chamado Pacote Fiscal. A PEC estabelece limites para o reajuste do salário mínimo, vinculando-o às regras do novo arcabouço fiscal e com expectativa de economia de R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026. Os outros dois projetos aprovados pelo Congresso Nacional, o PLP 210/2024 e o PL 4614/2024, seguem para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A votação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), por sua vez, foi adiada para 2025.

O encerramento do esforço concentrado foi liderado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que precisou convocar uma sessão extra, de forma híbrida, na manhã de ontem, para concluir os trabalhos, após os debates de quinta-feira se estenderem até a madrugada. Apesar da aprovação de todas as medidas do pacote, com 42 votos a favor e 31 contra, o governo vai economizar menos do que esperava.

“Foi um desfecho bem produtivo, nós tínhamos um grande desafio nesse fim de ano, considerando o acúmulo de proposições e algumas coisas que foram encaminhadas somente no fim do ano pelo governo, uma dúvida grande se conseguiríamos ter o tempo necessário para aprovação. Mas, felizmente, (houve) um grande esforço dos senadores e deputados, isso tudo tem que ser reconhecido”, disse Rodrigo Pacheco em entrevista ontem após a sessão no Senado.

A PEC aprovada altera o cálculo do reajuste do salário mínimo. Pela regra atual, o piso salarial é atualizado com base no índice de inflação (INPC)

Roque de Sá/Agência Senado



Rodrigo Pacheco cumprimenta o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, e outras lideranças, no fim da votação do pacote fiscal

acumulado em 12 meses até novembro do ano anterior, somado ao crescimento do PIB dos dois anos anteriores. Com isso, o salário mínimo — atualmente em R\$ 1.412 — subirá para R\$ 1.528 em 2025.

O governo conseguiu limitar o aumento real do salário mínimo (acima da inflação) aos limites do marco fiscal, que variam de 0,6% a 2,5%, conforme a receita do ano anterior. A medida era considerada um dos pilares do pacote de ajuste de contas. Para 2025, o limite estabelecido é de 2,5%, o que reduziria o valor do salário mínimo para R\$ 1.518 — R\$ 10 a menos do que o cálculo atual. Essa mudança deve gerar uma economia de, aproximadamente, R\$ 7 bilhões.

Outra proposta da PEC 135 é a alteração das regras do abono salarial (PIS/Pasep). O texto restringe o acesso ao benefício, além de ampliar a utilização do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). O Senado também aprovou uma lei complementar que proíbe a concessão de novos benefícios fiscais caso o governo registre déficit nas contas públicas. A medida visa reforçar o controle sobre as despesas e evitar desequilíbrios orçamentários.

Entre as propostas discutidas, um trecho envolvendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) gerou controvérsia no plenário. A proposta original previa que apenas pessoas com deficiência moderada ou grave

teriam acesso ao benefício. A senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) e a senadora Damares Alves (PL-DF) protestaram contra a exclusão de pessoas com deficiência leve e de baixa renda, argumentando que elas também necessitam de apoio estatal.

Sem Orçamento

O cientista político Márcio Coimbra avalia que a semana termina um pouco mais tranquila em Brasília. “Foi uma vitória pessoal do Arthur Lira, que ameaçou cortar o salário dos deputados que não votassem. Funcionou”, disse ele. “Rodrigo Pacheco pisou no acelerador e analisou dois dos três textos logo depois. A aprovação deve trazer algum alento

ao dólar e à Bolsa (de Valores)”, complementou.

Coimbra lamenta que o Congresso não tenha conseguido votar o Orçamento da União para o ano que vem. Ele disse que Rodrigo Pacheco e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ainda tentam uma última mobilização dos senadores para votar a LOA ainda neste ano, o que ajudaria a dissipar, ainda mais, as desconfianças em relação à dívida pública. “Estão tentando este acerto ainda. O mercado desconfia do compromisso fiscal do presidente e teme que, tão logo o pacote atual seja implementado, novos gastos sejam anunciados. O temor não é infundado”, concluiu o cientista político.

O presidente da Câmara dos



Foi um desfecho bem produtivo, tínhamos um grande desafio neste fim de ano, considerando o acúmulo de proposições e algumas coisas que foram encaminhadas somente no fim do ano pelo governo”

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ficou surpreso com o adiamento da votação do Orçamento. O **Correio** apurou que, a líderes partidários, Lira criticou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por não ter insistido na votação ainda nesta semana. Para ele, o Orçamento do ano seguinte deve ser votado, imprescindivelmente, até o fim do ano anterior.

Lira comentou ainda que, se Pacheco quiser fazer uma sessão extra entre hoje e segunda-feira — quando, oficialmente, começa o recesso legislativo —, ele é capaz de mobilizar os deputados para que participem da sessão do Congresso Nacional, mesmo que remotamente. **(Leia mais na página 3)**

Haddad: “Problemas de comunicação” puxaram alta do dólar

» ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu problemas de comunicação do governo na divulgação do pacote fiscal, que fizeram o dólar disparar nos últimos dias, mas afirmou que, com a maxidesvalorização em 1999, o resultado foi “muito pior”, porque os juros chegaram a 45%.

“Houve fortalecimento da moeda norte-americana no mundo inteiro, mas houve problemas de comunicação para que o dólar tivesse uma valorização mais forte que os demais pares”, ressaltou Haddad, ontem, em café da manhã com jornalistas. Ele afirmou que no Brasil, é preciso corrigir esse problema “em várias medidas”, mas não por meio de uma meta para o câmbio, e ressaltou que o Banco Central tem sempre que buscar um equilíbrio e atuar quando há alguma disfuncionalidade no câmbio e no mercado de juros. “O Banco Central deve promover correções, não buscando uma meta sobre qual é o valor adequado (do dólar), mas corrigir as disfuncionalidades”, disse.

Apesar disso, o ministro deu uma informação contraditória aos jornalistas, ontem, porque afirmou

que não houve desidrataçãõ na proposta do pacote fiscal aprovado pelo Congresso que previa R\$ 71,9 bilhões em cortes de gastos inicialmente entre 2025 e 2026.

Sem desidratar

“O impacto do pacote aprovado e o número previsto pelo governo se aproxima muito. Não houve desidrataçãõ do nível que se imaginava e, assim que o Senado deliberar, vamos divulgar uma planilha com uma estimativa de R\$ 1 bilhão”, afirmou Haddad.

Mas, conforme cálculos do especialista em contas públicas, Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, o impacto do pacote fiscal aprovado pelos parlamentares será de R\$ 45,4 bilhões em dois anos e, portanto, “não será possível o cumprimento das metas fiscais com essa medida em 2025.

Na avaliação de Haddad, o Legislativo atendeu às demandas do governo, “dentro das suas possibilidades” e “dentro dos limites da democracia”. “O que a democracia permitiu para deliberar veio ao encontro daquilo que nós imaginávamos”, emendou. O ministro lamentou a manutenção

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora do limite de aumento de gastos previsto no arcabouço fiscal, de até 2,5% acima da inflação. Segundo ele, isso implica em um gasto adicional de R\$ 200 bilhões a cada ano.

Ao longo de quase duas horas de conversa com os jornalistas, Haddad reconheceu que gostaria de ter enviado um pacote mais robusto, mas o texto enviado era o

que era possível. “Eu também ouço críticas de que o pacote não é suficiente. Mas, chegando ao final do último dia do Legislativo, ou a gente mandava a primeira leva de ajuste ou ia deixar o pacote robusto para o ano que vem e gerar incertezas”, afirmou. Ele, inclusive, defendeu um processo de revisão de gastos anual e garantiu que, no próximo ano, novas medidas serão encaminhadas, inclusive, a

reforma do Imposto de Renda.

“O trabalho que queremos fazer é transformar uma revisão de gastos em rotina, porque sempre tem muita coisa para fazer. Tínhamos que tomar mais medidas. Mas eu gostaria que isso se transformasse em uma rotina no governo”, reforçou. Segundo ele, projeto de lei de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, será enviado no próximo ano,



Um lado não quer pagar imposto e outro não quer corte de gastos. Vamos ter que buscar a sustentabilidade”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

“pois a Receita Federal encontrou inconsistências no modelo e está refazendo os cálculos”.

O titular da Fazenda também admitiu que o discurso para equilibrar as contas e fazer a reforma tributária mais igualitária não agrada nem a direita e nem a esquerda. “Um lado não quer pagar imposto e outro não quer corte de gastos. Vamos ter que buscar a sustentabilidade”, disse.